

Relatório Anual 2015

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo
dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio**



**Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

Conforme apresentado na nota explicativa nº 5 (c) às demonstrações contábeis, a provisão para operações de crédito constituída em 31 de dezembro de 2014 totalizava R\$ 5.948 mil e as demonstrações contábeis daquela data base continha ressalvas decorrentes de insuficiência de provisão para suportar a possibilidade de ocorrências de perdas na realização das operações e de ausência de controle apropriado dos grupos econômicos. Em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da revisão e correção na classificação do nível de risco correspondente das operações de crédito para atendimento da legislação em vigor e do ofício nº 17.788/2015-BCB/Desuc emitido pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 2015, a provisão para perdas em operações de crédito alcançou R\$ 27.145 mil. Nesses procedimentos não foram mensurados os valores correspondentes a exercícios anteriores para registro a débito na conta de Sobras ou Perdas Acumuladas conforme a Resolução CMN nº 4.007/11, sendo, o incremento na provisão de crédito contabilizado no resultado do exercício de 2015. Os efeitos desses assuntos sobre as demonstrações contábeis não foram determinados.

Conforme notas explicativas nºs 7 e 12 às demonstrações contábeis, a Sicredi Rio reconheceu no exercício de 2015 o montante de R\$ 4.461 mil, sendo, respectivamente, R\$ 720 mil correspondente à baixa de registros de despesas antecipadas, R\$ 1.000 mil relacionado à provisão para passivos contingentes de natureza tributária e R\$ 2.741 mil referente a provisão para bens não de uso. Esses ajustes não foram contabilizados a débito na conta Sobras ou Perdas Acumuladas e reapresentados de forma retrospectiva nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 para fins de comparação. Conseqüentemente, o patrimônio líquido seria reduzido no exercício de 2014 e o resultado aumentado no exercício de 2015, no montante mencionado.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Conforme as notas explicativas nº 1 e nº 14 às demonstrações contábeis, destacamos a utilização de recursos da Sicredi Fundo Garantidor – SFG em 2015 no montante de R\$ 16.000 mil contabilizado na conta Outras Receitas Não Operacionais e transferido para a conta de Reserva Legal. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Porto Alegre, 18 de março de 2016.



Joelson de Siqueira de Souza
Contador - CRC – PR 051818/O-7 S-RJ
CNAI 2481

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 361.058 mil. Esse montante representa redução de 15,34% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram R\$ 198.841 mil em dezembro de 2015, com redução de 25,27% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 158.418 mil, representando 79,01% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 22.093 mil, compondo 11,02% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 19.989 mil ou 9,97% do total (NE 05c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 354.259 mil em dezembro de 2015, com redução de 8,49% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 241.623 mil, com diminuição de 4,90% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma ~~variação~~ redução de 28,65% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 44.092 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 68.475 mil, tendo um aumento de 5,96% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil (Bacen).

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central do Brasil.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de mercado do Sistema.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos.

A estrutura de risco de mercado estabelece as metodologias destinadas a mensurar e monitorar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira de Negociação quanto para as demais posições, as quais abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado.

Estas metodologias, definidas seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor e alinhadas às melhores práticas de mercado, consideram a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado de cada Entidade do Sistema, incluindo:

- Valor em Risco (VaR);
- Teste de Estresse de Mercado;
- Teste de Estresse de Crédito Privado;
- Sensibilidade;
- GAPS por Fator de Risco;
- Duration;
- Teste de Aderência (Backtest).

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos. Os instrumentos de gestão do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Fluxo de Caixa;
- Limites Operacionais;
- Demonstrativo do Risco de Liquidez (DRL);
- Plano de Contingência;

Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre a base total diária de depósitos. Tais recursos devem ser mantidos na centralização financeira, sob a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais:

- Volatilidade dos depósitos;
- Concentração de recursos;
- Crédito pré-aprovado;
- Coobrigações e repasses.

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

ATIVO		31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO		31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		250.930	265.751	CIRCULANTE		56.198	112.712
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	1.087	1.196	DEPÓSITOS	(NOTA 09)	49.330	73.214
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		159.385	132.255	Depósitos à Vista		44.092	61.798
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1	1	Depósitos Interfinanceiros		-	6.509
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	159.384	132.254	Depósitos a Prazo		5.238	4.907
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	85.914	123.813	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		-	4
Operações de Crédito		97.623	126.858	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	4
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(11.709)	(3.045)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		69	122
OUTROS CRÉDITOS		4.480	7.758	Recursos em Trânsito de Terceiros		69	122
Rendas a Receber	(NOTA 06a)	1.252	44	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 10)	623	599
Diversos	(NOTA 06b)	3.270	7.734	Empréstimos País - Outras Instituições		623	599
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(42)	(20)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		6.176	38.773
OUTROS VALORES E BENS		64	729	Cobrança e Arrecadação de Tributos		8	8
Outros Valores e Bens		2.748	-	Sociais e Estatutárias		586	763
(Provisão para desvalorização)		(2.741)	-	Fiscais e Previdenciárias		1.862	1.473
Despesas Antecipadas	(NOTA 07)	57	729	Diversas	(NOTA 11)	3.720	36.529
NÃO CIRCULANTE		110.128	160.746	NÃO CIRCULANTE		236.385	249.163
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		90.320	136.358	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		236.385	249.163
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	85.824	136.346	DEPÓSITOS	(NOTA 09)	236.385	249.163
Operações de Crédito		101.218	139.227	Depósitos a Prazo		236.385	249.163
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(15.394)	(2.881)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		68.475	64.622
OUTROS CRÉDITOS		4.489		CAPITAL SOCIAL	(NOTA 13)	51.272	47.597
Rendas a Receber	(NOTA 06a)	4.489		De Domiciliados no País		51.272	47.597
OUTROS VALORES E BENS		7	12	RESERVAS DE SOBRAS	(NOTA 14)	33.025	14.210
Despesas Antecipadas	(NOTA 07)	7	12	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		(15.822)	2.815
PERMANENTE		19.808	24.388	Ajustes de exercícios anteriores		7	-
INVESTIMENTOS	(NOTA 08a)	1.898	7.358	Sobras ou Perdas Acumuladas	(NOTA 15)	(15.829)	2.815
Outros Investimentos		1.898	7.358	TOTAL DO ATIVO		361.058	426.497
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 08b)	17.721	16.878	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		361.058	426.497
Imóveis de Uso		10.145	12.887				
Outras Imobilizações de Uso		14.714	11.255				
(Depreciação acumulada)		(7.138)	(7.264)				
INTANGÍVEL	(NOTA 08b)	189	152				
Outros Ativos Intangíveis		714	570				
(Amortização acumulada)		(525)	(418)				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.636	-	27.636	57.062	-	57.062	65.899	10	65.909
Operações de Crédito	27.636	-	27.636	57.062	-	57.062	65.899	10	65.909
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(36.149)	(8)	(36.157)	(54.149)	(74)	(54.223)	(30.632)	(11)	(30.643)
Operações de Captação no Mercado	(16.112)	(7)	(16.119)	(30.221)	(72)	(30.293)	(26.330)	(10)	(26.340)
Operações de Empréstimos e Repasses	(41)	(1)	(42)	(74)	(2)	(76)	(36)	(1)	(37)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.996)	-	(19.996)	(23.854)	-	(23.854)	(4.266)	-	(4.266)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.513)	(8)	(8.521)	2.913	(74)	2.839	35.267	(1)	35.266
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.638)	412	(5.226)	(17.466)	1.069	(16.397)	(27.245)	471	(26.774)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	335	858	1.193	617	1.829	2.446	1.663	823	2.486
Rendas de Tarifas Bancárias	604	2	606	974	5	979	1.331	9	1.340
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.827)	(244)	(9.071)	(17.524)	(401)	(17.925)	(16.966)	(150)	(17.116)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(4.753)	(207)	(4.960)	(11.013)	(344)	(11.357)	(14.401)	(201)	(14.602)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(118)	(52)	(170)	(212)	(96)	(308)	(297)	(76)	(373)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (NOTA 17)	10.341	83	10.424	17.456	119	17.575	7.150	76	7.226
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (NOTA 18)	(3.220)	(28)	(3.248)	(7.764)	(43)	(7.807)	(5.725)	(10)	(5.735)
RESULTADO OPERACIONAL	(14.151)	404	(13.747)	(14.553)	995	(13.558)	8.022	470	8.492
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 14)	13.244	414	13.658	13.315	414	13.729	44	1	45
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(907)	818	(89)	(1.238)	1.409	171	8.066	471	8.537
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	(205)	(205)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-	-	(120)	(120)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	(85)	(85)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(907)	818	(89)	(1.238)	1.409	171	8.066	266	8.332
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.409	(1.409)	-	266	(266)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	(907)	818	(89)	171	-	171	8.332	-	8.332
DESTINAÇÕES	-	-	-	(16.000)	-	(16.000)	(5.517)	-	(5.517)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(4.801)	-	(4.801)
Fates - Estatutário	-	-	-	-	-	-	(352)	-	(352)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	-	-	-	(352)	-	(352)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(12)	-	(12)
Reserva Legal - Doação SFG (NOTA 14)	-	-	-	(16.000)	-	(16.000)	-	-	-
RESULTADO A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	(15.829)	-	(15.829)	2.815	-	2.815

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	41.819	13.079	1.278	56.176
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(511)	(511)
Destinações para reservas	-	767	(767)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	10.300	-	-	10.300
Baixas de capital	(4.522)	-	-	(4.522)
Resultado do período	-	-	8.332	8.332
Provisão de Juros ao capital	-	-	(4.801)	(4.801)
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(352)	(352)
Reserva Legal - Estatutária	-	352	(352)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	12	(12)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	47.597	14.210	2.815	64.622
Mutações do Período	5.778	1.131	1.537	8.446
Saldos no início do período em 01/01/2015	47.597	14.210	2.815	64.622
Ajustes de períodos anteriores	-	-	7	7
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	2.815	(2.815)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.715	-	-	5.715
Baixas de capital	(2.040)	-	-	(2.040)
Resultado do período	-	-	171	171
Destinações	-	-	-	-
Reserva Legal - Doação SFG (NOTA 14)	-	16.000	(16.000)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	51.272	33.025	(15.822)	68.475
Mutações do Período	3.675	18.815	(18.637)	3.853
Saldos no início do período em 01/07/2015	51.014	17.025	267	68.306
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	776	-	-	776
Baixas de capital	(518)	-	-	(518)
Resultado do período	-	-	(89)	(89)
Destinações	-	-	-	-
Reserva Legal - Doação SFG (NOTA 14)	-	16.000	(16.000)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	51.272	33.025	(15.822)	68.475
Mutações do Período	258	16.000	(16.089)	169

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	25.370	36.120	7.860
Resultado do exercício	(89)	171	8.332
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	25.459	35.949	(472)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	18.185	21.177	2.557
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.741	2.741	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	10	22	20
Depreciação do imobilizado de uso	718	1.457	1.579
Amortização do intangível	56	107	155
Baixas do ativo Imobilizado de Uso	2.768	2.768	52
Baixas do ativo Investimentos	-	6.733	-
Juros ao capital próprio	-	-	(4.801)
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	1.055	1.016	318
Destinações ao FATES	-	-	(352)
Dividendos SicrediPar	(74)	(72)	-
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	31.556	(6.296)	71.487
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	318	-	4
(Aumento) Redução em operações de crédito	26.802	67.244	16.923
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(3.268)	(4)	4
(Aumento) Redução em outros créditos	(76)	(1.161)	7.170
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(2.251)	(2.071)	135
Aumento (Redução) em depósitos	10.075	(36.662)	15.900
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(120)	(53)	7
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	42	24	599
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(352)	(7)
(Redução) Aumento em outras obrigações	34	(33.261)	30.752
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	56.926	29.824	79.347
Aquisição de Investimentos	(1)	(1.273)	(563)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(105)	(5.068)	(13.204)
Aplicações no Intangível	(94)	(144)	(56)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(200)	(6.485)	(13.823)
Integralização de capital	776	5.715	10.300
Baixa de capital	(518)	(2.040)	(4.522)
Distribuição de Sobras	-	-	(511)
Ajustes de períodos anteriores	-	7	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	258	3.682	5.267
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	56.984	27.021	70.791
Caixa e equivalente de caixa no início do período	103.487	133.450	62.659
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	160.471	160.471	133.450

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 31/05/1993 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 11 de fevereiro de 2016.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

k) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	1.087	1.196
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	159.384	132.254
Total	160.471	133.450

valores em milhares de Reais

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	87.177	89.171	176.348	229.181
Financiamentos	10.446	12.047	22.493	36.904
Carteira total	97.623	101.218	198.841	266.085

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2015			Total da Carteira	31/12/2014
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	882	15.237	21.440	44.877	82.436	103.251
Comércio	-	209	625	1.806	2.640	-
Outros Serviços	1.953	19.733	37.544	54.535	113.765	162.834
Total	2.835	35.179	59.609	101.218	198.841	266.085

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível AA	-	80	-	-	-
Nível A	0,50	45.477	142.806	227	714
Nível B	1,00	50.803	94.859	508	949
Nível C	3,00	62.058	15.166	1.862	455
Nível D	10,00	12.950	11.067	1.295	1.107
Nível E	30,00	7.061	568	2.118	170
Nível F	50,00	1.559	827	780	413
Nível G	70,00	523	98	366	69
Nível H	100,00	19.989	2.069	19.989	2.069
Total (i)		200.500	267.460	27.145	5.946

valores em milhares de Reais

A provisão de crédito em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 5.946 mil. Os níveis de riscos das operações de crédito naquela data foram atribuídos pelo critério de atraso, conforme art. 4º da Resolução CMN 2.682/99, porém os efeitos das avaliações qualitativas das operações de associados com comprometimento superior a R\$ 50 mil e o cadastramento dos grupos econômicos não foram concluídos e contabilizados no exercício de 2014, conforme informado pela Confederação Nacional de Auditoria - Cnac em 19 de fevereiro de 2015, o qual apresentou opinião com ressalva, indicando a existência de insuficiência de provisão de crédito no exercício de 2014.

A Administração da Cooperativa Sicredi Rio, mediante termo de enquadramento assinado no dia 31 de janeiro de 2015 firmou diretrizes com Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ para ajustes das operações de crédito ao nível de risco correspondente com a aplicação de uma nova metodologia de classificação de crédito para fins de provisão, a qual foi realizada mediante um novo sistema, proporcionando a gestão mais eficiente do risco de crédito em 01 de abril de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de provisão de crédito alcançou R\$ 27.145 mil, representando acréscimo de 356,53% em relação ao exercício de 2014, decorrente da revisão dos níveis de risco das operações de crédito e o cadastramento de grupos econômicos, realizado para atendimento da legislação em vigor e conforme ofício nº 17.788/2015-BCB/Desuc emitido pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 2015.

Os ajustes de exercícios anteriores realizados no saldo de provisão para operações de crédito foram contabilizados a débito no resultado de 2015, pois não foi possível mensurar o valor relacionado ao exercício de 2014 para registro na conta Sobras ou Perdas Acumuladas conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.007/11.

(i) Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber	1.659	-	1.659	1.375
Total	1.659	-	1.659	1.375

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2015	31/12/2014
Renegociadas	26.109	19.911
Lançadas contra prejuízo (i)	647	260
Recuperadas de prejuízo (i)	526	198

valores em milhares de Reais

(i) Os saldos apresentados estão atualizados com os juros contratuais e encargos de inadimplência.

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

a) Os valores de rendas a receber estão assim compostos:

Rendas a Receber	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Rendas a Receber (i)	1.252	4.489	5.741	44
Total	1.252	4.489	5.741	44

(i) O valor de R\$ 5.611 mil, que integra o saldo da conta Rendas a Receber, refere-se a cotas de capital social a receber da Unicred Central RJ. A devolução dos valores ocorrerá em 12 parcelas semestrais, sendo a última prevista para 2020.

b) Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	39	-	39	79
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	125	-	125	4.744
Devedores por depósitos em garantia	813	-	813	645
Impostos e contribuições a compensar (ii)	90	-	90	95
Títulos e créditos a receber	1.659	-	1.659	1.375
Devedores diversos - País	544	-	544	796
Total	3.270	-	3.270	7.734

valores em milhares de Reais

(i) O saldo da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a projetos em andamento.

(ii) Do saldo da conta de Impostos e contribuições a compensar, valor de R\$ 39, refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Bens em regime especial (i)	2.741	-
Subtotal Bens não de uso próprio	2.741	-
Material em estoque	7	-
Despesas antecipadas (ii)	64	741
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(2.741)	-
Total Outros Valores e Bens	71	741

valores em milhares de Reais

(i) O valor de R\$ 2.741 mil foi reclassificado da conta de Edificações e refere-se a imóveis registrados em 30 de novembro de 2012. Em decorrência de ação judicial que está em curso, a qual impede o uso e o domínio dos imóveis mencionados, foi contabilizado provisão de R\$ 2.741 mil em contrapartida a débito no resultado do exercício de 2015 para atendimento da Resolução CMN 3.566/08, conforme o relatório de auditoria das demonstrações contábeis referente ao exercício de 2014, emitido pela Confederação Nacional de Auditoria - Cnac em 19 de fevereiro de 2015, o qual continha opinião com ressalva sobre esse assunto.

(ii) A Cooperativa baixou da conta Despesas Antecipadas em contrapartida a débito no resultado de 2015 ajustes de exercícios anteriores, que totalizam R\$ 720 mil, relacionados a despesas incorridas com o evento Feirão de Veículos.

NOTA 08 – PERMANENTE

a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	893	562
Sicredi Participações S.A. (i)	942	1
Outras Participações e Investimentos (ii)	63	6.795
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	-
Outras Participações	-	6.733
Outros Investimentos	62	62
Total	1.898	7.358

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

(ii) A redução do saldo apresentado na conta Outras Participações e Investimentos, refere-se a reclassificação de valores para a conta Outros Créditos - Rendas a Receber, referente a cotas de capital social a receber da Unicred Central RJ, conforme mencionados na nota explicativa 6 (a).

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	305.746 ON	499 ON	1	-	892.448	561.765
	636.430 PN	501 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,12%	0,00%	0,72%	0,00%	0,58%	0,37%
Capital social	804.351	764.040	138	136	154.526	152.909
Patrimônio Líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	155.966	154.364
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	942	1	1	-	893	562

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso (i)	-	4.451	-	4.451	-
Edificações (ii)	4%	10.146	(1.550)	8.596	11.608
Instalações	10%	4.910	(1.883)	3.027	3.103
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.711	(870)	841	1.019
Sistema de comunicação	10%	190	(85)	105	132
Sistema de processamento de dados	20%	3.126	(2.549)	577	897
Sistema de segurança	10%	325	(201)	124	119
Imobilizado de Uso (iii)	-	24.859	(7.138)	17.721	16.878
Intangível (iv)		714	(525)	189	152
Investimentos Confederação		145	(8)	137	-
Outros ativos intangíveis		569	(517)	52	152
Total		25.573	(7.663)	17.910	17.030

valores em milhares de Reais

(i) Imóveis adquiridos em 2012 para futuras instalações de Unidades de Atendimento. No exercício de 2014, esse saldo estava classificado na conta de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta".

(ii) Na conta de edificações foi observada a redução de 25,95% devido, em sua maior parte, a reclassificação contábil entre contas do Ativo, sendo destinado o valor de R\$ 2.741 mil para conta de Bens em Regime Especial, conforme mencionado na nota explicativa nº 07.

(iii) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(iv) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 09 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015			31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	44.092	-	-	44.092
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-
Depósitos a prazo	878	4.360	236.385	241.623
Total	44.970	4.360	236.385	285.715

valores em milhares de Reais

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	623	-	623	599
Cooperativa Central Sicredi	623	-	623	599
Total	623	-	623	599

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. com vencimento em 17/03/2016.

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	11	-	11	27.890
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	47	-	47	40
Provisão para pagamentos a efetuar	1.268	-	1.268	6.220
Provisão para passivos contingentes	-	-	-	77
Credores diversos - país (j)	2.394	-	2.394	2.302
Total	3.720	-	3.720	36.529

valores em milhares de Reais

(i) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Parcelado Lojista	698	702
Agenda cartão Visa a pagar	706	642
Contas a pagar - demais fornecedores	531	383
Outros	459	575
Total	2.394	2.302

valores em milhares de Reais

NOTA 12 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	64	-	(64)	-
Cível	13	-	(13)	-
Tributária	241	1.093	-	1.334
Total	318	1.093	(77)	1.334

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	-	-	64
Trabalhista	Possível	55	-	-
Cível	Provável	-	-	13
Cível	Possível	724	-	-
Tributária (i)	Provável	1.334	1.334	241
Tributária (ii)	Possível	1.103	-	-
Total		3.216	1.334	318

valores em milhares de Reais

(i) A provisão de contingência tributária de R\$ 1.334 mil está registrada na conta Provisão para Riscos Fiscais - Obrigações Fiscais e Previdenciárias. Composto esse valor foi contabilizado ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 1.000 mil em contrapartida a débito no resultado de 2015, referente a ações em curso de natureza tributária que tratam da incidência de PIS e Cofins sobre os ingressos financeiros auferidos pela Cooperativa, conforme Carta Circular 3.429/10 do Banco Central do Brasil. Essas ações aguardam julgamento do Supremo Tribunal Federal.

(ii) Do saldo de 1.103 mil, referente a ações de natureza tributária consideradas possíveis, o valor de R\$ 816 mil é objeto de discussão judicial sobre a anulação da exigência do tributo PIS, cujo pedido foi julgado procedente integralmente, sendo remetido a 2ª Instância.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	51.272	47.597
Total de associados	13.634	13.328

NOTA 14 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2015 a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Sicredi Rio utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 16.000 mil (R\$ 0 mil em dezembro de 2014), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais". Sendo que essa receita não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinada para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2015, conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, "c" e "d"), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 15 – PERDAS ACUMULADAS

A Cooperativa apresentou sobras de R\$ 171 mil antes das destinações e após a transferência de R\$ 16.000 mil para a conta de Reserva Legal, conforme mencionado na nota explicativa nº 14, as perdas do exercício de 2015 totalizaram R\$ 15.829 mil. De acordo com a Lei 5.764/71 artigo nº 89, esse resultado poderá ser compensado com recursos oriundos do Fundo de Reserva da Cooperativa mediante deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas. Abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03d)	159.384	132.254
Diversos	131	6
Investimentos (Nota 08a)	893	562
Intangível (Nota 08b)	137	-
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 10)	623	599
Provisões para pagamentos a efetuar	66	6
Credores Diversos	50	6
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais	15.807	3.471
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	75	37
Outros Dispendios e Desp. Administrativa	465	-
Outros Dispendios Despesas Operacionais	524	27

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	122	0,28%	276
Pessoas físicas	122		276
Depósitos a prazo	1.366	0,57%	4.331
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	1.366		4.331
Operações de crédito	1.604	0,81%	1.667

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	2.494	2.250

valores em milhares de Reais

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 16.167 mil (R\$ 3.065 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 317 mil (R\$ 0 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 438 mil (R\$ 206 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 30 mil (R\$ 510 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 19 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Denise Damian
Diretor Presidente
CPF: 468.372.807-91

Celso Nardin de Barros
Diretor Administrativo
CPF: 088.079.887-47

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72